



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
SEÇÃO DE GESTÃO DE BENEFÍCIOS

**DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA -
DOD**

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA (DOD)

Conforme Instrução Normativa TSE nº 11/2021

Unidade Demandante	Secretaria de Gestão de Pessoas
Responsável pela Demanda	Raquel Ribeiro Teles

1 – Indicar necessidade a ser atendida ?

Visa a prestação de assistência à saúde para ministros, juízes auxiliares, servidores e seus dependentes e para os pensionistas civis, por meio de contratação de operadora de plano privado de assistência à saúde ou de operadora de seguro privado de assistência à saúde.

2 – Indicar a vinculação da necessidade ao Planejamento Estratégico ?

Objetivo: melhorar a experiência de trabalho do servidor

Indicador: índice geral de favorabilidade nas pesquisas de clima organizacional

Refere-se ao fomento de ações visando proporcionar aos servidores melhores interações, reconhecimento, bem-estar, qualidade de vida, agilidade e boas experiências com o trabalho no TSE, de forma a trazer mais satisfação e produtos e serviços cada vez melhores

3 – Explicitar a motivação e o demonstrativo de resultado a ser alcançado ?

Tendo em vista o disposto no artigo 230 da Lei 8.112/90:

Art. 230. A assistência à saúde do servidor, ativo ou inativo, e de sua família, compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, prestada pelo Sistema Único de Saúde ou diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou, ainda, mediante convênio, na forma estabelecida em regulamento.

O Tribunal Superior Eleitoral publicou em 23 de outubro de 2014 a Resolução TSE nº 23.414 que dispõe sobre o Programa de Assistência à Saúde - PAS no âmbito do TSE.

O referido Programa tem por finalidade assegurar assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica aos ministros, aos servidores ativos e inativos, e a seus dependentes e aos pensionistas.

A contratação em tela visa garantir a prestação de assistência indireta, modalidade de prestação de assistência à saúde contida no PAS, que tem por finalidade oferecer serviços de saúde prestados por profissionais habilitados e instituições especializadas, por meio de contrato.

Desta maneira, espera-se que o êxito da contratação garanta a prestação da assistência à saúde indireta, em observância à Lei 8.112/90 e a Resolução TSE nº 23.414/2021.

4 – Indicar as consequências caso não haja atendimento da demanda/necessidade

Caso a demanda não seja atendida, 2.341 vidas inscritas atualmente no plano de saúde ofertado pelo Tribunal Superior Eleitoral ficarão sem assistência indireta à saúde.

5 – Indicar a data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços ou a entrega do material ?

A empresa contratada iniciará a prestação dos serviços em 1.5.2023.

6 – Indicar se a demanda está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA)

Sim	<input checked="" type="checkbox"/>	Não	Código da demanda no PCA: _____
-----	-------------------------------------	-----	---------------------------------

6.1 - Em caso negativo, justificar a necessidade de inclusão da demanda no PCA

A contratação de operadora de plano de saúde não está contida no Plano de Contratação Anual - PCA/2022 em decorrência da possibilidade de renovação do contrato vigente até abril/2023. Contudo, deverá ser incluída no PCA/2023.

7 – Indicar o valor estimado da contratação ?

O valor do contrato firmado com a operadora atual para o período de 1.5.2022 a 1.5.2023 é de R\$ 28.486.599,12 (vinte e oito milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil quinhentos e noventa e nove reais e doze centavos), contudo, estima-se um valor superior ao atual.

8 – Indicar servidores para compor a Equipe de Planejamento da Contratação ?

IMPORTANTE: Todas as pessoas indicadas para compor a Equipe de Planejamento da Contratação devem preencher declaração de ciência de suas atribuições, conforme modelo "DOD - Declaração de Ciência - Eq. de Planejamento".

8.1 - Integrante(s) Demandante(s): a quem compete detalhar as necessidades a serem atendidas com a contratação (deve-se indicar ao menos 1(um) responsável).

Função	Indicado(a)	E-mail
Integrante Demandante	Raquel Ribeiro Teles	raquel.teles@tse.jus.br
Integrante Demandante (opcional)	Natália Oliveira Diógenes Bessa	natalia.bessa@tse.jus.br
Integrante Demandante (opcional)	Zélia Oliveira de Miranda	zelia.miranda@tse.jus.br

8.2 - Integrante(s) Técnico(s): a quem compete detalhar os aspectos técnicos e de uso das soluções identificadas.

8.2.1 - A unidade demandante detém conhecimento técnico para detalhamento das soluções?

X	Sim	Indicar ao menos 1 (um) responsável
Função	Indicado	E-mail
Integrante Técnico	Raquel Ribeiro Teles	raquel.teles@tse.jus.br
Integrante Técnico (opcional)	Natália Oliveira Diogenes Bessa	natalia.bessa@tse.jus.br
Integrante Técnico (opcional)	Zélia Oliveira de Miranda	zelia.miranda@tse.jus.br

<input type="checkbox"/>	Não	Apontar a(s) unidade(s) orgânica(s) que deverá(ão) fazer a indicação:
--------------------------	------------	------------------------------------------------------------------------------

8.3 - Integrante Administrativo: a indicação de integrante administrativo é **exceção**, aplicável em razão da complexidade da necessidade/demanda ou de outro fator relevante, **e sua necessidade deve ser justificada**, conforme art. 8º, §6º da IN TSE nº 11/2021.

8.3.1 - Há necessidade de indicação de Integrante Administrativo?

<input checked="" type="checkbox"/>	Não
-------------------------------------	------------

<input type="checkbox"/>	Sim	Justificar:
--------------------------	------------	--------------------

9 – Indicar servidores para atuar na fiscalização técnica e administrativa do ajuste ?

IMPORTANTE: Todas as pessoas indicadas para atuar na fiscalização técnica e administrativa do ajuste devem preencher declaração de ciência de suas atribuições, conforme modelo "DOD - Declaração de Ciência - Fiscais".

9.1 - Fiscalização Técnica (as atribuições da fiscalização técnica estão descritas nos arts. 28, I e 29 da IN TSE nº 11/2021).

Função	Indicado	E-mail
Fiscal Técnico Titular	Raquel Ribeiro Teles	raquel.teles@tse.jus.br
Fiscal Técnico Substituto	Natália Oliveira Diogenes Bessa	natalia.bessa@tse.jus.br
Fiscal Técnico Substituto	Paulo Ricardo de Fernando Rocha	paulo.fernando@tse.jus.br

9.2 - Fiscalização Administrativa (as atribuições da fiscalização administrativa estão descritas nos arts. 25, 28, II e 29 da IN TSE nº 11/2021).

Caso a complexidade da contratação exija que a fiscalização administrativa seja exercida pela unidade competente da Secretaria de Administração, deixar os campos em branco, para manifestação da Coordenadoria de Fiscalização Administrativa (Cofad/SAD).

Função	Indicado	E-mail
Fiscal Administrativo Titular		
Fiscal Administrativo Substituto		

10. Encaminhamentos

Inicialmente, **DECLARO que avaliei as situações relacionadas nos arts. 8º, §1º e 22, todos da IN/TSE nº 11/2021**, razão pela qual promovi as indicações dos(as) servidores(as) para atuar isoladamente ou como membro de eventual Equipe de Planejamento da Contratação e como fiscal técnico, administrativo e substituto.

10.1 - Aos servidores e às servidoras indicados(as) nos itens 8.1 e 8.2, para assinatura de declaração de ciência de suas atribuições, conforme modelo "DOD - Declaração de Ciência - Eq. de Planejamento";

10.2 - À(s) unidade(s) orgânica(s) indicada(s) no item 8.2, para indicação de Integrante(s) Técnico(s), quando for o caso, devendo utilizar, para tanto, o modelo de documento "DOD - Indicação de Integrante Técnico";

10.3 - Aos servidores e às servidoras indicados(as) no item 9, para assinatura de declaração de ciência de suas atribuições, conforme modelo "DOD - Declaração de Ciência - Fiscais";

10.4 - À Secretaria de Administração (SAD), para análise e prosseguimento.

Nome e Assinatura do titular de Secretaria ou Assessoria
(Unidade Demandante)

THAYANNE FONSECA PIRANGI SOARES
SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS



Documento assinado eletronicamente em **11/08/2022, às 19:13**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2006/lei11419/lei11419.htm).



A autenticidade do documento pode ser conferida em https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2138543&crc=6CB19A99, informando, caso não preenchido, o código verificador **2138543** e o código CRC **6CB19A99**.